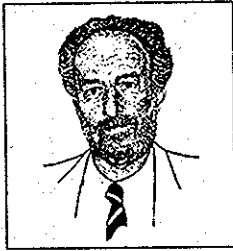


WASHINGTON NOVAES

Um retrocesso inaceitável

Um dos problemas mais recorrentes na área ambiental brasileira é o da apropriação de capital natural como se financeiro fosse. Acontece em todos os setores. Mas é particularmente visível e danoso na agropecuária. Com a agravante de levar ali a um processo em que o País



Indispensável é aprovar o projeto do Conama, o único que tem o aval da sociedade

arca com os custos ambientais que deveriam ser pagos pelos importadores de produtos obtidos por esse meio. Esse processo, já bastante explícito principalmente no avanço da fronteira agropecuária nos cerrados e na Amazônia, tenderá a assumir proporções insuportáveis para o País se o plenário do Congresso Nacional referendar as modificações do Código Florestal aprovadas por uma comissão mista controlada pelos chamados "ruralistas". Essas modificações – como já foi fartamente noticiado – reduzem a níveis inaceitáveis as reservas legais em cada propriedade nos maiores biomas brasileiros, trazem novas ameaças para a já sofrida mata atlântica e ainda submetem a fatores locais insuportáveis a proteção dos recursos hídricos em manchas urbanas, ao estabelecer que esta se dará na conformidade dos respectivos planos diretores.

Mas é fundamentalmente na área rural que a pressão se tornará insuportável, especialmente na mata atlântica, nos cerrados e na Amazônia. Nestes dois últimos biomas, o avanço da fronteira agropecuária, como regra, tem-se dado com a remoção total da vegetação (para permitir mecanização intensiva), que não apenas compacta o solo como o deixa desprotegido diante da erosão eólica e das águas pluviais. O resultado final é a dificuldade de infiltração das águas para recarregar os lençóis e aquíferos subterrâneos, a perda de fertilidade (que tem de ser reposta pelos custos insumos químicos), a degradação de pastagens, a desproteção dos mananciais, sua poluição e assoreamento, a produção de enchentes, etc. E na mata atlântica o fim da reserva legal em propriedades com menos de 25 hectares pode significar, na prática, o desaparecimento de um dos maiores repositórios de biodiversidade no planeta.

Segundo cálculos dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, a perda de solos férteis no País já chegava, há cinco anos, a 1 bilhão de toneladas por ano. Quanto custaria isso se levadas em consideração as contas feitas por Robert Constanza e um grupo de cientistas, que estimaram em US\$ 17 trilhões/ano o valor do ciclo de nutrientes no mundo e em US\$ 4,7 trilhões/ano os serviços naturais prestados pelas florestas?

O fato é que esse método de avanço da fronteira agropecuária já deixou

atrás, só na Amazônia, 160 mil quilômetros quadrados de áreas antes florestadas e hoje sem serventia. Porque a camada fértil de solo, muito superficial, se esgota em poucos anos. Ao ocupante do avanço pouco se lhe dá, já que calcula a reposição de seu investimento e o lucro desejado para um período curto de tempo. O que vier depois...

Pois é esse processo que se acelerará fortemente se prosperar a decisão da comissão mista, que inaceitavelmente passou por cima de um projeto estudado durante meses pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), no qual estão representados o governo, as organizações não-governamentais e os setores produtivos da sociedade. Um projeto, portanto, do conjunto da sociedade.

E tudo isso sobrevém exatamente no momento em que se começavam a fazer progressos importantes na Amazônia, com a intensificação da fiscalização sobre o desmatamento ilegal e com a decisão do Ministério da Reforma Agrária de proibir assentamentos em áreas de floresta (que haviam tornado o processo da reforma

agrária responsável por 50% do desmatamento naquele bioma).

É certo que o ministro do Meio Ambiente já tomou posição contra as decisões da comissão mista do Congresso. E o governo federal anunciou que o presidente vetará as decisões da comissão mista, se aprovadas pelo plenário. Caso necessário, reeditará uma medida provisória.

Mas não basta. É indispensável aprovar no plenário o projeto recomendado pelo Conama, pois só esse tem o aval da sociedade. É preciso, por isso, que o governo federal – como faz sempre que uma votação lhe parece vital – mobilize suas forças naquela Casa.

Se não for assim, vai-se consolidar a impressão de que meio ambiente, no governo, é tema que só interessa a um pequeno gueto formado pelo respectivo ministério e uns poucos órgãos afins (impressão, aliás, que ganha força quando se examina a execução orçamentária do governo federal em 1999 e se vê que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama só tiveram 1,2% dos recursos totais – e, ainda assim, 75% deles para a manutenção da máquina administrativa e o pagamento de empréstimos externos; ou que dos recursos destinados a projetos na área apenas 28,21% foram liberados).

Além do mais, estudos da própria Embrapa e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz têm demonstrado que é possível até quadruplicar a produção de grãos e ampliar muito os rebanhos nas áreas já ocupadas dos cerrados e algumas manchas da Amazônia, sem necessidade de desmatar um só hectare "novo". E ainda caberia perguntar a quem se destinaria a produção "nova", num momento em que há excedentes no mercado mundial e o preço desse tipo de commodities está em situação desconfortável.

A agropecuária não precisa de retrocessos. E a sociedade, que se manifestou no Conama, exige respeito.

